

LIMA, ALCEU AMOROSO

*jornalista; mov. católico; reitor UDF 1937-1938.

Alceu Amoroso Lima, também conhecido pelo pseudônimo literário *Tristão de Ataíde*, nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 11 de dezembro de 1893, filho de Manuel José de Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima. Seu pai, além de comerciante e industrial, foi um grande admirador da música, tendo fundado, juntamente com Machado de Assis, o Clube Beethoven.

Alceu Amoroso Lima fez os estudos primários em casa, sob a orientação do professor João Kopke, fundador da Escola Nova do Brasil, e cursou o secundário no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, formando-se em 1908. No ano seguinte ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, e em 1911, ainda acadêmico, começou a trabalhar no escritório de advocacia de João Carneiro de Sousa Bandeira, tio do poeta Manuel Bandeira. Nesse período tornou-se diretor da revista *A Época*, órgão estudantil de sua faculdade, aí publicando seus primeiros contos e comentários jurídicos. Durante essa fase de sua vida, segundo afirmaria mais tarde, foi perdendo a “vaga fé de infância, através da influência do professor Sílvio Romero, com o evolucionismo, de Benedetto Croce, com o hegelianismo, e de Henri Bergson, com o vitalismo”.

Bacharelou-se em 1913 e viajou em seguida para a Europa, onde entrou em contato com o escritor José Pereira da Graça Aranha, que lhe propôs a organização de uma agremiação cultural no Brasil — que se chamaria Clube Goethe — voltada para a intelectualidade jovem. Durante essa viagem fez também vários cursos na Sorbonne e no College de France, em Paris.

Após seu regresso ao Brasil, voltou a trabalhar em 1914 no escritório de Sousa Bandeira, já como advogado, ali permanecendo pouco tempo. Em 1917, decidido a seguir a carreira diplomática e contando com a intermediação do senador Álvaro de Carvalho junto ao então ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, tornou-se adido ao Itamarati. Entretanto, como recebia remuneração insatisfatória e, ao longo de um ano de trabalho, não obtivera sequer uma promoção, em 1918 resolveu mais uma vez deixar o emprego para assumir a direção jurídica da Fábrica de Tecidos Cometa, de propriedade de seu pai.

No ano seguinte foi convidado por Renato Lopes, que então organizava o lançamento de *O*

Jornal, para escrever a crítica literária desse novo órgão de imprensa. Assim, pouco depois, Alceu inaugurava a coluna intitulada “Bibliografia”, usando o pseudônimo de Tristão de Ataíde para encobrir sua identidade, já que naquela época existiam preconceitos incompatibilizando o exercício de atividades industriais com a prática intelectual. Alegando querer manter sua independência de pensamento, atuou como crítico literário sem engajar-se em nenhum grupo literário ou se deixar envolver “por teorias ou tendências grupais”. Baseado nesse ponto de vista, não participou da Semana de Arte Moderna realizada em 1922 em São Paulo, embora tenha apoiado o espírito do movimento e sua própria realização.

O PROCESSO DE CONVERSÃO

Durante essa fase, Alceu não se deixou envolver por preocupações de ordem política, social ou religiosa, encarando a vida, segundo suas próprias palavras, “como uma expressão estética”. Entretanto, em 1924, insatisfeito com sua postura existencial, começou a buscar novos caminhos. Interrompeu então sua coluna de crítica literária em *O Jornal* e iniciou um longo diálogo epistolar com Jackson de Figueiredo, líder católico que fundara em 1922, no Rio de Janeiro, o Centro Dom Vital, associação civil para estudo, discussão e apostolado vinculada à Igreja Católica. Esse debate — publicado mais tarde no livro *Correspondência* — tratou inicialmente de questões políticas. Jackson se empenhava na defesa do presidente da República Artur Bernardes e de princípios conservadores, contrapondo-se a Alceu, crítico do governo e adepto das idéias liberais. Mais tarde a discussão se ampliou para o aprofundamento dos problemas filosóficos e religiosos, levando Alceu a se dedicar à leitura das obras dos pensadores católicos Jacques Maritain e Gilbert Chesterton, que passaram a exercer uma profunda influência em sua vida.

Esses debates e questionamentos desencadearam seu processo de conversão ao catolicismo, que se completou afinal em junho de 1928, quando, diante do padre Leonel Franca, declarou sua fé, confessou e comungou pela primeira vez depois de adulto. Segundo seu próprio depoimento, a conversão significou “uma passagem do descompromisso para os problemas transcendentais, isto é, das origens e dos fins da vida do ser humano”. Representou, por outro lado, um escândalo no meio intelectual e entre seus amigos, chegando Mário de Andrade a dizer que havia morrido um crítico literário.

Ao longo de todo esse período as influências de Jackson de Figueiredo não chegaram a alterar fundamentalmente as ideias liberais anteriores de Alceu. Porém, com a morte do fundador do Centro Dom Vital, em dezembro de 1928, Alceu assumiu a direção da instituição e passou a editar a revista *A Ordem*, dando início a uma nova etapa de sua vida, caracterizada em um artigo que escreveu na ocasião intitulado “Adeus à disponibilidade”.

DA ORTODOXIA CATÓLICA AO CONSERVADORISMO POLÍTICO

À frente do Centro Dom Vital, Alceu Amoroso Lima manteve a orientação política conservadora desenvolvida até então, passando gradativamente a assumir a posição ortodoxa de seu antecessor, baseada no sentimento da disciplina e da ordem. Com essa nova perspectiva, reassumiu na mesma época sua coluna em *O Jornal*, intitulada agora “Letras universais” e voltada para questões religiosas, filosóficas, sociológicas, econômicas, políticas e pedagógicas. Engajou-se também paralelamente na militância católica, assumindo em 1929 a direção da Coligação Católica Brasileira, associação civil criada por dom Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, com o objetivo de congregar todas as associações católicas no país.

Apesar de manter o Centro Dom Vital desvinculado das questões políticas, diante da deflagração da Revolução de 1930, Alceu se manifestou publicamente contra o movimento, considerando-o prejudicial aos interesses nacionais. Afirmou ainda na ocasião que estranhava o fato de agremiações políticas como os partidos Republicano Mineiro e Republicano Rio-Grandense, que haviam aprovado todos os atos de arbitrariedade praticados pelo governo de Artur Bernardes, se apresentarem então como revolucionárias e inovadoras dos costumes políticos e sociais. Entretanto, com a vitória e a consolidação do movimento revolucionário, não desenvolveu oposição ao governo provisório de Getúlio Vargas, em virtude do tratamento quase oficial que a Igreja Católica passou a receber.

Em 1931, foi lançada a encíclica *Quadragesimo Anno*, que reformulou de maneira bastante incisiva o posicionamento do Vaticano diante dos problemas sociais. Como uma das lideranças mais expressivas do laicato católico, Alceu foi encarregado por dom Sebastião Leme de fazer um estudo sobre as novas orientações, cujo resultado foi o trabalho intitulado “Reivindicações católicas”, no qual defendia que era dever dos católicos influir nos acontecimentos do país.

Assim, quando em maio de 1932 o governo provisório marcou as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para novembro de 1933, cedendo assim às pressões em favor da reconstitucionalização do país, Alceu Amoroso Lima foi encarregado pelo cardeal Leme de planejar, juntamente com outros líderes católicos, a formação de uma organização eleitoral apartidária, que atuasse paralelamente ou acima dos partidos políticos como um grupo de pressão. Dessa forma foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), da qual Alceu se tornou secretário-geral. Na condição de uma das principais figuras à frente da entidade, destacou-se na luta contra o Estado, com base na cooperação.

A formação da LEC em 1932 não apenas coincidiu com a criação da Ação Integralista Brasileira (AIB), como também as duas organizações defendiam pontos de vista semelhantes no tocante às reivindicações sociais e espirituais. Essa identidade levou o movimento integralista a despertar simpatias nos meios católicos. Assim, a ênfase que o integralismo dava às posições antiburguesas foi ao encontro das propostas de Alceu expressas no livro *O problema da burguesia*, reforçando sua impressão de que esse movimento se constituía numa “reação política nacional de caráter unitário e autoritário contra a fraqueza do Estado, o regionalismo e a luta de classes, em favor do Estado forte, da unidade nacional e da reforma corporativa da economia”.

Visando obter da LEC o reconhecimento da AIB como partido católico, já que apoiava seu programa e se dispunha a defendê-lo na ANC, Plínio Salgado, o líder máximo do integralismo, tentou uma aproximação política através de Alceu com aquela organização católica. Entretanto, apesar de sua confessada simpatia pelo projeto integralista, Alceu negou-se a dar um apoio especial à AIB diante do eleitorado católico, argumentando que a LEC deveria permanecer à margem dos partidos, não favorecendo a nenhum em particular.

Ainda em 1932, paralelamente à sua militância católica, Alceu começou a se dedicar ao magistério, tendo sua primeira experiência como professor de sociologia e doutrina social da Igreja no Instituto Católico de Estudos Superiores, vinculado ao Centro Dom Vital. Continuando a defender seus princípios religiosos no exercício da nova atividade, combateu o *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, lançado nesse ano por um grupo de intelectuais, entre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Antônio de Almeida Júnior e Manuel Lourenço Filho, propondo as bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro. A divulgação do manifesto teve grande repercussão porque

significou uma cisão entre os educadores, opondo os defensores do ensino leigo aos que lutavam pelo ensino religioso obrigatório, entre esses últimos Alceu Amoroso Lima.

Também em 1932 Alceu prestou concurso para a cátedra de economia política da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, mas não foi aprovado. No ano seguinte fez novos exames na mesma faculdade, agora para a cátedra de introdução ao direito, e mais uma vez não obteve a vaga, tendo sido classificado em segundo lugar.

Mantendo-se na liderança do laicato católico, Alceu empenhou-se principalmente em articular grupos de pressão com o objetivo de interferir junto aos constituintes para que a nova Constituição atendesse às reivindicações básicas da LEC, tais como o reconhecimento constitucional da indissolubilidade do casamento religioso, a concessão de assistência religiosa às escolas públicas de nível primário e secundário, às forças armadas, às prisões e hospitais, e a pluralidade e liberdade de sindicalização.

Em 1935, sempre ao lado de dom Sebastião Leme, participou da criação e assumiu a direção nacional da Ação Católica Brasileira (ACB), entidade civil destinada a organizar a participação do laicato no apostolado da Igreja para a difusão dos princípios católicos na vida individual, familiar e social. Pouco depois, ocupou a cadeira nº 40 da Academia Brasileira de Letras (ABL), que fora de Miguel Couto, e tornou-se membro do Conselho Nacional de Educação.

Plenamente engajado nas lutas da Igreja, ainda em 1935 moveu intensa campanha contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente ampla liderada pelos comunistas, cujo programa tinha como base a luta contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Manifestou-se também contra a fundação, pelo prefeito Pedro Ernesto Batista, da Universidade do Distrito Federal (UDF), devido à orientação pedagógica do grupo de professores que a organizara — vinculado ao movimento da Escola Nova — considerado pela Igreja de inclinação esquerdista. Assim, esteve à frente da campanha desencadeada contra Anísio Teixeira, uma das principais figuras da nova universidade, afinal demitido da Secretaria de Educação do Distrito Federal em dezembro de 1935, logo após a fracassada insurreição comunista de novembro, e substituído por Francisco Campos, que viria a desarticular todo o trabalho desenvolvido anteriormente na UDF.

Convicto de que “o catolicismo era uma posição de direita”, Alceu persistiu nos anos subsequentes em sua conduta conservadora, posicionando-se a favor das forças franquistas

diante da Guerra Civil Espanhola, deflagrada em 1936, com a perspectiva de que sua vitória representaria a vitória da Igreja. Em outubro de 1937 foi indicado pelo Ministério da Educação, em conjunto com a Comissão Executiva do Estado de Guerra — que fora implantado no país em março de 1936 em consequência do levante comunista —, para integrar uma comissão de defesa da cultura nacional contra o bolchevismo.

Com o advento do Estado Novo, foi outorgada a Constituição de 1937, que não tratou das questões referentes à Igreja. Em contrapartida, o novo regime, visando a angariar o apoio dos setores católicos, escolheu Alceu Amoroso Lima para substituir Afonso Pena Júnior na reitoria da UDF. Alceu assumiu paralelamente a cátedra de sociologia dessa universidade, deixando então, após 14 anos, a diretoria jurídica da fábrica de tecidos de seu pai. Embora tenha se tornado um dos colaboradores do Estado Novo, fez restrições a seu excessivo autoritarismo. A seu ver, as duas contribuições fundamentais trazidas pelo novo regime foram “ter permitido que a Igreja desenvolvesse sua colaboração social e ter produzido leis sociais incentivando a promoção do proletariado”.

Em 1938 passou a dar aulas de sociologia na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social, patrocinado pelo cardeal Leme, deixando então suas funções como professor e como reitor da UDF.

A REVISÃO DOS PRINCÍPIOS

Logo no início da década de 1940, Alceu Amoroso Lima começou a rever seus princípios filosóficos e políticos, retornando então gradativamente às suas concepções liberais anteriores à conversão. Do convívio com Jackson de Figueiredo, restou apenas a influência religiosa e a fé católica. Na obra *Humanismo integral*, de Jacques Maritain, publicada nessa época, encontrou respostas às indagações que se fazia acerca das questões sociais, embora conservando ainda vacilações e incertezas próprias do processo de transformação a que se submetia. Aos poucos foi percebendo, entretanto, com maior clareza, “que o fato de acreditar na liberdade acima da autoridade, de acreditar na democracia acima das oligarquias ou autocracias, de acreditar na liberdade de pensamento acima do dirigismo intelectual, não implicara nenhum conflito com suas convicções católicas, e não existia entre uma coisa e outra a menor incompatibilidade”. Propôs então uma nova plataforma para o Centro Dom Vital, que continuava dirigindo, tendo como base

as idéias de Jacques Maritain.

Paralelamente, continuou empenhado em ampliar suas atividades docentes, sendo nomeado em 1941 catedrático de literatura brasileira da recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UB). Nessa mesma ocasião foi indicado para ocupar a cadeira de literatura brasileira na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, então fundada. Em 1944, com o objetivo de criar uma editora que ampliasse as publicações católicas, participou da fundação da Livraria Agir no Rio de Janeiro, tornando-se seu diretor literário.

Em janeiro de 1945 participou do I Congresso Brasileiro de Escritores promovido em São Paulo pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), que assumiu um caráter de luta contra a censura e a ditadura e em prol da redemocratização do país. Com o início do processo de constitucionalização, foram criados novos partidos políticos e Alceu foi indicado pelo brigadeiro Eduardo Gomes, candidato à presidência da República na legenda da União Democrática Nacional (UDN), para candidatar-se ao Senado na legenda desse partido. Não aceitou contudo a indicação de seu nome e por essa mesma época colaborou também na organização do Partido Democrata Cristão (PDC), tendo sido o autor de seu manifesto de lançamento. Porém, segundo Antônio Cesarino Júnior, não se engajou nessa agremiação partidária, “por acreditar que um partido pequeno não servia para propagar a doutrina social católica”.

Ainda em 1945 deixou a presidência da ACB, forçado pelas divergências com o novo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Jaime de Barros Câmara, que não aceitou a orientação mais aberta que passara a imprimir à instituição ao final de seus dez anos de chefia. A partir de 1946, desenvolveu estreita amizade com Carlos Lacerda, tornando-se um dos responsáveis, juntamente com Gustavo Corção, pela sua conversão ao catolicismo.

Em 1947 foi chamado por Orlando Dantas para colaborar no *Diário de Notícias*, inaugurando então nesse jornal sua seção “Letras Universais”, transcrita na *Folha da Manhã*, de São Paulo, em *O Diário*, de Belo Horizonte, em *A Tribuna*, de Recife, no *Correio do Povo*, de Porto Alegre, e no *Diário Ilustrado*, de Lisboa.

Em 1949 participou do chamado movimento de Montevideu, que tinha como objetivo organizar a democracia cristã na América Latina. No fim desse ano viajou para a Europa e estabeleceu-se em Paris, aí proferindo uma série de conferências na Sorbonne sobre a

civilização brasileira. Em meados de 1950 regressou ao Rio, mas logo em seguida viajou novamente para o exterior, fixando-se nos Estados Unidos, onde assumiu a direção do Departamento Cultural da União Pan-Americana, órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). No exercício dessa função, proferiu inúmeras conferências em diversas universidades norte-americanas; participou, em 1951, como secretário executivo, da I Reunião do Conselho Cultural Interamericano, realizada no México, e foi representante da OEA em 1952 na IX Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), reunida em Paris. Nessa ocasião lançou a revista cultural interamericana *Panorama*, com o objetivo de transmitir uma visão global da cultura continental.

Após seu regresso ao Brasil no final de 1953, retomou suas atividades como colaborador do *Diário de Notícias* e como professor. Reassumiu também a direção do Centro Dom Vital, onde se estabeleceu desde então uma grave dissensão interna devido à orientação profundamente conservadora imprimida por Gustavo Corção durante sua ausência, originando uma aguda crise que se prolongaria por vários anos.

Em 1958 Alceu Amoroso Lima viajou novamente para os Estados Unidos para dar um curso sobre a civilização brasileira na Universidade de Nova Iorque. De volta ao Brasil ainda nesse ano, retomou suas atividades e, a convite de Odilo Costa Filho, tornou-se colaborador do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S. Paulo*.

O RETORNO À ORIENTAÇÃO LIBERAL

No início da década de 1960, a Igreja Católica sofreu profundas transformações, introduzidas pelo papado de João XXIII e pelo Concílio Vaticano II, realizado em novembro de 1962, ao qual Alceu Amoroso Lima compareceu como membro da delegação brasileira. Incentivado pelas novas orientações doutrinárias, prosseguiu sua caminhada em direção “à defesa da liberdade, da justiça e à defesa inclusive da evolução da sociedade num sentido socializante”. Embora mantendo-se fiel às idéias de Maritain, recebeu a influência das novas tendências do pensamento católico francês, principalmente de Pierre Teilhard de Chardin, cuja obra o reconciliou “com o evolucionismo que estava na espontaneidade do seu pensamento”. A partir de então, segundo Medeiros Lima, tornou-se “um dos mais legítimos intérpretes do pensamento católico”, expresso nas encíclicas *Mater*

et magistra (1961) e *Pacem in terris* (1963).

Em 1963 completou 22 anos de ensino da literatura brasileira e, coerente com a nova postura adotada diante das questões sociais, apoiou as chamadas reformas de base propostas pelo presidente João Goulart (1961-1964). Embora divergindo do processo de radicalização política que caracterizou os últimos meses do governo Goulart, logo após a vitória do movimento político-militar de março de 1964 manifestou-se contra o novo regime publicando em sua coluna no *Jornal do Brasil* um artigo intitulado “Terrorismo cultural”, no qual denunciava a repressão que se abatia sobre a liberdade de pensamento. Assumiu a partir de então uma postura sistemática de oposição ao governo do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Quando, em 27 de outubro de 1965, foi editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que reabriu o processo de punições extralegais de adversários do regime, extinguiu os partidos políticos e instaurou eleições indiretas para a presidência da República, Alceu liderou um grupo de intelectuais que lançou um manifesto contra essa nova medida excepcional. De acordo com o documento, “enquanto não se restabelecer a legalidade democrática dentro do princípio da independência e da harmonia dos poderes... o Brasil não conseguirá fixar seus objetivos e lançar-se à sua conquista”.

Em 1966 deixou a presidência do Centro Dom Vital, mas continuou ligado à instituição. No ano seguinte foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma, e tornou-se ainda membro associado estrangeiro da Academia de Ciências Morais e Políticas, em Paris.

Com a decretação do AI-5 em dezembro de 1968, que conferiu ao regime um caráter marcadamente ditatorial, fortaleceram-se suas posições oposicionistas. Desde então, segundo o jornalista Luís Alberto Bahia, pela enorme respeitabilidade que adquirira, tornando-o praticamente intocável, conseguiu que suas colunas no *Jornal do Brasil* e na *Folha de S. Paulo* rompessem as barreiras da censura e veiculassem as críticas ao regime, enfatizando principalmente as denúncias relativas às violências cometidas contra os direitos humanos. Em 1969, após 34 anos, deixou o Conselho Nacional — então Federal — de Educação e no ano seguinte afastou-se do cargo de diretor literário da Livraria Agir, que exercia havia 26 anos.

O chamado processo de “abertura”, liderado pelo chefe do governo, general João Batista

Figueiredo, a partir de 1979, não conseguiu minimizar suas críticas ao regime. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo* em maio de 1982, declarou que “a situação no Brasil piorou muito nos últimos anos, porque as forças armadas, que deveriam ser um instrumento do poder, transformaram-se no próprio poder”.

Alceu Amoroso Lima colaborou também em jornais como *A Manhã* e *Jornal do Comércio*, no Rio, o jornal integralista *A Ofensiva*, e o *La Prensa* de Buenos Aires. Foi ainda diretor da *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 14 de agosto de 1983.

Era casado com Maria Teresa Faria, filha do escritor Alberto de Faria, com quem teve sete filhos.

Publicou as obras *Afonso Arinos* (1922), *Estudos* (cinco séries, 1927-1933), *Tentativa de itinerário* (1929), *Freud* (1929), *Esboço de uma introdução à economia moderna* (1930), *Preparação à sociologia* (1931), *Debates pedagógicos* (1931), *Problema da burguesia* (1932), *Economia pré-política* (1932), *As repercussões do catolicismo* (1932), *Política* (1932), *Contrarrevolução espiritual* (1932), *Pela reforma social* (1933), *Introdução ao direito moderno* (1933), *Da tribuna e da imprensa* (1935), *No limiar da idade nova* (1935), *Pela ação católica* (1935), *O espírito e o mundo* (1936), *Indicações políticas* (1936), *Elementos da ação católica* (1938), *Contribuição à história do modernismo* (1939), *Três ensaios sobre Machado de Assis* (1941), *Poesia brasileira contemporânea* (1942), *Meditações sobre o mundo moderno* (1942), *Pela união nacional* (1942), *O cardeal Leme* (1943), *Humanismo pedagógico* (1944), *A voz de Minas* (1945), *Estética literária* (1945), *O crítico literário* (1946), *Pela cristianização da idade nova* (1947), *O problema do trabalho* (1947), *Mensagem de Roma* (1950), *Manhãs de São Lourenço* (1950), *O existencialismo* (1951), *Europa de hoje* (1951), *Meditação sobre o mundo interior* (1954), *A realidade americana* (1954), *Pela América do Norte* (1955), *Introdução à literatura brasileira* (1956), *Quadro sintético da literatura brasileira* (1956), *A vida sobrenatural e o mundo moderno* (1956), *Bilac* (1957), *Integração econômica, social e política na América Latina* (em colaboração, 1958), *O trabalho no mundo moderno* (1959), *O espírito universitário* (1959), *O teatro claudeliano* (1959), *Visão do Nordeste* (1959), *A família no mundo moderno* (1961), *A segunda revolução industrial* (1961), *Problemas de estética* (1961), *O jornalismo como gênero literário* (1961), *A missão de São Paulo* (1962), *Da*

inteligência à palavra (1962), *Europa e América* (1962), *Cultura interamericana* (1962), *O gigantismo* (1962), *Revolução, reação ou reforma* (1964), *Pelo humanismo ameaçado* (1965), *João XXIII* (1966), *A experiência reacionária* (1968), *Adeus à disponibilidade e outros adeuses* (1969), *Violência ou não?* (1969), *Meio século de presença literária* (1969), *Manuel Bandeira* (1969), *Comentários à Populorum progressio* (1969), *Companheiros de viagem* (1971), *Evolução intelectual do Brasil* (1971), *Memórias improvisadas* (1973), *Em busca da liberdade* (1974) e *Os direitos do homem e os homens sem direitos* (1974).

Marieta de Moraes Ferreira

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. *Anuário*; BEHAR, E. *Vultos*; BRINCHES, V. *Dicionário*.; CENTRO D. VITAL; COELHO, J. *Dicionário*; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil*; CURRIC. BIOG.; *Encic. Mirador*; ENTREV. CESARINO JÚNIOR, A.; *Folha de S. Paulo* (16/5/1982); *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; IstoÉ (13/7/1977); *Jornal do Brasil* (7/10, 5/11/76, 23/4, 5/5, 2/7/1977, 2/11, 13/12/1978, 23/10, 2/11, 2/12/1981, 15/8/1983); LEVINE, R. *Vargas*; NEVES, F. *Academia*; *Pasquim* (16, 23/9/1977); REIS, A. *Bibliografia bras.*; RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário*; *Quem é quem no Brasil*; *Súmulas*; TODARO, M. *Pastors*; TRINDADE, H. *Integralismo*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.